



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT
4ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 9ª (NONA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 4ª CÂMARA DE
JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Aos 14 (catorze) dias do mês de agosto do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 9ª (nona) Sessão Ordinária Virtual da 4ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. José Augusto Teixeira. Presentes à Sessão os Conselheiros: Ivete Maurício de Lima, Michel André Bezerra Lima Gradwohl, Edilene Vieira de Alexandria, Fredy José Gomes de Albuquerque, Francileite Cavalcante Furtado Remígio e Fernando Augusto de Melo Falcão. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. Rafael Lessa Costa Barboza. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Iniciada a sessão, O Sr. Presidente indagou à Secretária se há resoluções a serem aprovadas pela Câmara e, a mesma informou não haver resoluções a serem aprovadas. Foi lida e aprovada a Ata da 8ª Sessão Ordinária Virtual. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/2456/2018 – Auto de Infração nº 1/201802371. RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RECORRIDO: VIA SOL MODA PRAIA INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA RELATORA: Conselheira IVETE MAURÍCIO DE LIMA. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame necessário interposto, dar-lhe provimento, para não acatar a decisão de nulidade proferida pela 1ª Instância, e determinar o **Retorno dos Autos à 1ª Instância**, para novo julgamento, conforme art. 85 da Lei nº 15.614/2014, nos termos do voto da Conselheira Relatora, conforme o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/2457/2018 – Auto de Infração nº 1/201802378. RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RECORRIDO: VIA SOL MODA PRAIA INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA RELATOR: Conselheiro MICHEL ANDRÉ BEZERRA LIMA GRADVOHL. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame necessário interposto, dar-lhe provimento, para não acatar a decisão de nulidade proferida pela 1ª Instância, e determinar o **Retorno dos Autos à 1ª Instância**, para novo julgamento, conforme art. 85 da Lei nº 15.614/2014, nos termos do voto da Conselheira Relatora, conforme o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/2518/2018 – Auto de Infração nº 1/201802374. RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RECORRIDO: VIA SOL MODA PRAIA INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA RELATOR: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE MELO FALCÃO. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame necessário interposto, dar-lhe provimento, para não

acatar a decisão de nulidade proferida pela 1ª Instância, e determinar o **Retorno dos Autos à 1ª Instância**, para novo julgamento, conforme art. 85 da Lei nº 15.614/2014, nos termos do voto da Conselheira Relatora, conforme o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da douda Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/2267/2017 – Auto de Infração nº 1/201627873. RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA E ESPACIAL AUTO PEÇAS LTDA. RECORRIDO: AMBOS. RELATOR: Conselheiro FREDY JOSÉ GOMES DE ALBUQUERQUE. Decisão:** O Sr. Presidente **SOBRESTOU** o julgamento do processo acatando o pedido formulado pelo Procurador e demais Conselheiros, que argumentaram da necessidade de conhecer detalhadamente os dados contidos no CD anexado pelo agente fiscal e que estava de posse do conselheiro relator, mas não havia sido disponibilizado ao procurador nem aos demais conselheiros, sendo, portanto necessário proceder estudo mais detalhado do processo em apreciação nesta sessão. Em ato contínuo o Sr. Presidente determinou que seja disponibilizado o conteúdo do CD e sua reinserção na pauta a ser elaborada para o mês de setembro do corrente ano. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 17 (dezessete) de agosto do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 4ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

José Augusto Teixeira
PRESIDENTE DA 4ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 4ª CÂMARA